

**26. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE PODERES DE PARA A INSTRUÇÃO E DECISÃO DE PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS, POR INFRAÇÕES LEVES RELACIONADAS COM ESTACIONAMENTO PROIBIDO, INDEVIDO OU ABUSIVO VERIFICADAS EM ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, PREVISTA NA AL. B) DO ARTIGO 2.º E N.º 2 DO ARTIGO 3.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 107/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, NOS TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.**

Da **Sra. Vereadora Dra. Olga Pereira** submetendo à Consideração do Executivo Municipal proposta com vista a deliberar a delegação da competência para a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais, por infrações leves relacionadas com estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em zonas de estacionamento de duração limitada, prevista na al. b) do artigo 2.º e n.º 2 do artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 107/2018, no Presidente do Conselho de Administração dos Transportes Urbanos de Braga, E.M., com a faculdade de subdelegação num dos vogais do órgão de administração da referida empresa municipal, nos termos e com os fundamentos constantes da mencionada proposta que se anexa.

Proposta de delegação de poderes de Autoridade do Município de Braga na Empresa Municipal Transportes Urbanos de Braga, E.M.

Considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.
2. O Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro veio materializar a transferência de competências em matéria de estacionamento público.
3. A alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do aludido Decreto-Lei prevê que:  
"É da competência dos órgãos municipais, a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas."
4. O artigo 3.º do referido diploma, relativo ao exercício das competências determina:  
"1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o exercício das competências previstas no presente Decreto-Lei é atribuído à Câmara Municipal, com faculdade de delegação em empresa local com a caracterização prevista no artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.  
2 - A competência para determinar a instrução do processo contraordenacional, incluindo a designação do instrutor, e para aplicar coimas e custas é do Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos outros membros da Câmara Municipal, ou do Presidente do órgão de gestão ou administração de empresa local com faculdade de subdelegação, caso as competências tenham sido delegadas na empresa local nos termos do número anterior."
5. Ao longo do ano 2019 foram delegados os poderes de autoridade do Município na empresa municipal TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M., no que respeita "à promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano à superfície, nas vias de jurisdição do Município de Braga, e elaboração ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel e promoção de medidas que incentivem a mobilidade elétrica, através de condições de estacionamento e estacionamento."
6. Consequentemente os seus Estatutos foram alterados, passando a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos dos TUB a prever que "A TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M., tem ainda por objeto social, designadamente a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano pago, à superfície", e a alínea h) do artigo 5.º a estipular que "constituem atribuições da TUB - Transportes Urbanos de Braga EM fiscalizar, nos termos definidos na Lei, o cumprimento nas vias sob jurisdição do Município de Braga, das disposições do



- Código da Estrada e das normas constantes de legislação complementar, nas áreas que forem definidas pela Câmara Municipal de Braga."
7. Estas alterações estatutárias visaram o alargamento da área de intervenção da empresa, com especial destaque na gestão, exploração e fiscalização do estacionamento.
  8. A empresa municipal já detém "poderes de autoridade no domínio da gestão, exploração e fiscalização do estacionamento, habilitando o pessoal da referida empresa municipal para a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada (CE), de legislação rodoviária complementar e dos Regulamento e Posturas Municipais relativos ao estacionamento nas vias sob jurisdição do Município de Braga, devidamente credenciado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), considerado ou equiparado a autoridade ou seu agente de autoridade administrativa, gozando dos seus direitos e prerrogativas, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 44/2005, de 23 de fevereiro, de levantamento de auto de notícia ou de denúncia, nos termos do disposto no artigo 170.º do CE e de efetivação dos demais procedimentos de identificação do arguido, garantia do cumprimento, relativos aos infratores com sanções por cumprir, de comunicação da infração e direito de audição e defesa do arguido e referentes às notificações, respetivamente contidos nos artigos 171.º, 173.º, 174.º, 175.º e 176.º, bem como efetuar os procedimento de bloqueamento e remoção de veículos estacionadas nas condições previstas no artigo 164.º, todos do CE."
  9. A TUB, EM, ainda não dispõe de poderes de tramitação completa, nomeadamente no que respeita às fases de **instrução e decisão** dos processos de contraordenação por infrações leves relacionadas com estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em **Zonas de Estacionamento de Duração Limitada**.
  10. Que incluem poderes necessários à análise da defesa apresentada, diligências probatórias subsequentes, elaboração de decisão final, apreciação de impugnações e correspondente remessa para execução, quando aplicável (contidos nos artigos 177.º a 185.º-A do CE), que até dezembro de 2020 pertenciam à ANSR, e que por força do artigo 2.º alínea b) da Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, agora competem aos órgãos autárquicos.
  11. Carece ainda de alteração estatutária em conformidade.
  12. De acordo com o n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 107/2018, de 29 de novembro "o produto das coimas referido no n.º 1, quando resulte de atividade de fiscalização exercida por empresas locais enquanto entidade autuante e fiscalizadora do Código da Estrada e sua legislação complementar, bem como dos regulamentos e posturas municipais de trânsito, reverte em 100 % a favor do município."
  13. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, "as entidades públicas participantes podem delegar poderes nas empresas locais, desde que esta faculdade conste expressamente na deliberação que determinou a sua constituição e nos respetivos estatutos."
  14. O Município de Braga poderá delegar na TUB, EM, sob a condição enunciada de realização da necessária alteração estatutária, as competências e poderes de

autoridade, no domínio da instrução e decisão dos processos contraordenacionais por infrações leves relacionadas com estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em zonas de estacionamento de duração limitada.

EM CONFORMIDADE,

Propõe-se que o Câmara Municipal de Braga delibere delegar a competência para a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais, por infrações leves relacionadas com estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em zonas de estacionamento de duração limitada, prevista na al. b) do artigo 2.º e n.º 2 do artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 107/2018, no Presidente do Conselho de Administração dos Transportes Urbanos de Braga, E.M., com a faculdade de subdelegação num dos vogais do órgão de administração da referida empresa municipal.

A Vereadora,

